



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680275 - MG (2021/0220102-7)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : WILKER MORONI DE OLIVEIRA SOARES
ADVOGADO : WILKER MORONI DE OLIVEIRA SOARES - MG185609
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : GABRIEL MOREIRA SALES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GABRIEL MOREIRA SALES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 00825105420218130145).

O paciente foi preso em flagrante, no dia 8/6/2021, em razão da suposta prática do delito de tráfico de drogas.

O impetrante sustenta que o paciente sofre grave constrangimento ilegal, ao defender a ausência de fundamentação do decreto de prisão preventiva, e dos requisitos autorizadores insertos no art. 312 do CPP. Alega, ainda, que o paciente é primário, possui residência fixa e trabalho lícito, havendo a possibilidade de substituição da prisão pelas medidas cautelares alternativas elencadas no art. 319 do CPP, e que estão presentes os requisitos necessários para concessão da medida liminar, *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*.

Requer, liminarmente, o deferimento da medida de urgência para imediata libertação do Paciente, expedindo-se o competente alvará de soltura, ou a imposição de outras medidas cautelares diversas da prisão do art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente